

Perry Anderson*

As idéias e a ação política na mudança histórica**

*Professor de história na Universidade da Califórnia, Los Angeles (UCLA).

** Tradução de Simone Rezende da Silva.

Quão importante foi o papel das idéias nas convulsões políticas que marcaram grandes mudanças históricas? São elas meros epifenômenos de material de grande profundidade e processos sociais, ou possuem um poder autônomo decisivo como forças de mobilização política? Contrariamente às aparências, as respostas dadas a estas perguntas não dividem fortemente a esquerda da direita. Muitos conservadores e liberais exaltaram, naturalmente, a significação sobressalente de nobres ideais e valores morais na história, denunciando aqueles radicais que insistem que as contradições econômicas são o motor da mudança histórica, como sustentam os materialistas. Exemplos modernos e famosos de tal idealismo da direita incluem figuras como Friedrich Meinecke, Benedetto Croce e Karl Popper. Para tais pensadores, Meinecke utiliza uma metáfora pictórica ao dizer que as idéias, levadas e transformadas por personalidades vivas, constituem a tela da vida histórica. Mas podemos encontrar outras figuras notáveis da direita que atacam as ilusões racionalistas acerca da importância de doutrinas artificiais esgrimindo contra elas como instancia muito mais duradoura e significativa do que a destinada pelos costumes tradicionais ou os instintos biológicos. Friedrich Nietzsche, Lewis Namier, Gary Becker foram todos –a partir de distintos pontos de vista– teóricos de interesses materiais, resolvidos a desacreditar ironicamente as reivindicações de valores éticos ou políticos. A teoria contemporânea da eleição racional, hegemônica sobre extensas áreas da ciência social anglo-saxônica, é o paradigma contemporâneo mais conhecido deste tipo.

A mesma bifurcação, no entanto, pode ser encontrada na esquerda. Se observarmos grandes historiadores modernos da esquerda, encontraremos uma completa

indiferença ao papel das idéias em Fernand Braudel, contrastada com um apego apaixonado a elas em R. H. Tawney. Entre os mesmos marxistas britânicos, ninguém confundiria a posição de Edward Thompson –cujo trabalho ao longo de toda sua vida foi uma polemica contra o que via como um reducionismo econômico– com aquela de Eric Hobsbawm, que em sua história do século XX não dedica nenhum capítulo ao papel das idéias. Se prestarmos atenção a líderes políticos, vemos que a mesma oposição repete-se ainda mais enfaticamente. “O movimento é tudo, o fim é nada”, anunciou Bernstein. Poderia haver uma desvalorização mais drástica de princípios ou idéias, em favor de processos objetivos absolutos? Bernstein acreditava que era leal a Marx quando pronunciou este ditame. No mesmo período, Lênin declarou –em uma máxima igualmente famosa, de efeito exatamente antitético– algo que todo marxista deve saber: “sem uma teoria revolucionária não pode haver movimento revolucionário.” O contraste aqui não era simplesmente entre o reformista e o revolucionário. Nas filas da própria esquerda revolucionária, encontramos a mesma dualidade. Para Rosa Luxemburgo, “no começo foi ação;” nenhuma idéia preconcebida, senão simplesmente a ação espontânea das massas foi o ponto de partida de toda mudança histórica principal. Os anarquistas nunca deixaram de concordar com ela. Para Antonio Gramsci, por outro lado, o movimento operário nunca poderia conseguir vitórias duradouras a menos que alcançasse uma ascendência no plano das idéias –o que chamou uma hegemonia cultural– sobre a sociedade em seu conjunto, incluindo seus inimigos. À frente de seus respectivos estados, Stalin confiou a construção do socialismo ao desenvolvimento material de forças produtivas; Mao a uma revolução cultural capaz de transformar mentalidades e costumes.

Como pode ser resolvida esta antiga oposição? As idéias vêm em diferentes formas e tamanhos. As pertinentes a mudanças históricas principais foram tipicamente ideologias sistemáticas. Nosso colega Göran Therborn ofereceu uma elegante e penetrante taxonomia disto em um livro cujo mesmo título, *A ideologia do poder e o poder da ideologia* propõe uma agenda para nosso tema. Ele divide as ideologias em existenciais e históricas, de tipo inclusivo e posicional. Destas formas, aquelas que tiveram o maior alcance, espacial ou temporal, foram caracterizadas por um traço que para nosso propósito foi talvez melhor captado pelo conservador inglês T. S. Eliot, em seu livro *Notas para uma definição da cultura*. Podemos substituir facilmente a palavra

cultura pelo termo *ideologia*, a observação chave de Eliot foi que todo grande sistema de crenças constitui uma hierarquia de diferentes níveis de complexidade conceitual, desde construções intelectuais sumamente sofisticadas –acessíveis somente para uma elite educada– em um nível alto, versões mais amplas e menos refinadas em níveis intermediários, até as simplificações mais cruas e elementares em um nível popular. Tudo isso unido, no entanto, por uma linguagem única e apoiada por uma série correspondente de práticas simbólicas. Somente um sistema totalizador como este, argumentou Eliot, merecia a denominação de cultura real e era capaz de gerar grandes manifestações artísticas.

Eliot pensava, é claro, na Cristandade como o principal exemplo de tal sistema, unindo as especulações teológicas mais arcanas com prescrições éticas familiares e ingênuas superstições populares em uma única crença que abarcava tudo, sustentada por histórias e imagens sagradas de um acervo comum de fontes bíblicas. As religiões mundiais que emergiram na denominada “Era Axial” oferecem certamente uma surpreendente primeira prova de qualquer hipótese sobre o papel das idéias nas grandes mudanças históricas. Poucos poderiam duvidar do enorme impacto destes sistemas de crenças sobre vastas áreas do mundo, e ao longo do milênio. Nem sequer é fácil identificar suas origens em agitações materiais ou sociais precedentes, em qualquer escala comparável, com sua própria influência transformadora e difusão. Como muito podemos dizer que a unificação do mundo Mediterrâneo pelo império Romano proporcionou um favorável marco institucional para a propagação de um monoteísmo universalista, tal como a Cristandade, o que um nomadismo militarizado em um entorno desértico sob pressão demográfica era provável que cedo ou tarde encontrasse uma expressão religiosa distintiva, como o Islã. A desproporção entre causas imputáveis e conseqüências comprováveis apresenta-se como um argumento forte a favor de outorgar um singular –e ainda extraordinário– poder autônomo às idéias nas civilizações daquela época. O impacto político destas religiões não era exatamente comparável. A Cristandade transformou a partir do interior e gradualmente o universo imperial existente, sem nenhuma alteração significativa de sua estrutura social. Mas ao criar na Igreja um complexo institucional paralelo ao estado, que sobreviveu ao colapso definitivo do império, assegurou continuidades culturais e políticas mínimas para o subseqüente surgimento do feudalismo. O Islã, por contraste, redesenhou de golpe o

mapa político do Mediterrâneo e do Oriente Médio em seu conjunto, mediante um ataque militar relâmpago. Estamos ainda na Antigüidade, entretanto. Em qualquer dos dois casos, as idéias que conquistaram a região o fizeram sem aquilo que logo descreveríamos como batalha de idéias. Não se manteve nenhuma batalha ideológica sustentada entre pagãos e cristãos, ou cristãos e muçulmanos, posto que as condições de fé deram uma volta de campana em Roma o El Cairo. A conversão procedeu essencialmente por osmose ou por a força, sem um choque ideológico articulado.

Ao nos movermos rumo à época moderna, as coisas são diferentes. A Reforma Protestante, diferentemente dos ensinamentos de Cristo ou Maomé, foi um sistema doutrinal escrito –ou melhor dito, um conjunto deles– desde o princípio, desenvolvido nos polêmicos textos de Lutero, Zwinglio ou Calvino, antes de que se convertesse em uma grande força ou em um poder institucional. Menos distantes no tempo as condições sociais e materiais de seu surgimento são mais fáceis de serem rastreadas: a corrupção do Catolicismo Renascentista, o aumento de sentimento nacional, acesso diferencial de estados europeus ao Vaticano, a chegada da imprensa, e etc. O impactante é agora algo diferente: a aparição da Contra-reforma dentro da Igreja Católica, e com isto uma acirrada luta ideológica entre os dois credos, sustentada nos níveis mais altos do debate metafísico e intelectual, assim como todo meio conhecido de propaganda popular – devemos o termo a esta época–, e desatando uma série titânica de rebeliões, guerras e guerras civis por toda Europa. Aqui, se alguma vez, as idéias aparecem para desencadear e dar forma à mudança histórica. De fato, nenhuma revolução subsequente seria posta em marcha tão diretamente por questões de crença intelectual como o primeiro grande cataclismo na cadeia da criação do estado moderno na Europa: a sublevação dos Países Baixos contra Espanha no século XVI, e a grande rebelião e a Revolução Gloriosa na Inglaterra no século XVII. Nos três casos, o precipitante imediato da revolução foi uma explosão de paixão teológica: a ruptura de imagens sagradas em nome da pureza bíblica nos Países Baixos, a imposição de uma nova devoção na Escócia, a ameaça de tolerância para os católicos na Inglaterra.

Por comparação, os estalos da Revolução Americana e Francesa no século XVIII foram muito mais materialmente determinados. Em nenhum caso um sistema de idéias desenvolvido motivou o assalto inicial sobre a velha –colonial ou monárquica– ordem. Nas colônias da América do Norte estreitos interesses econômicos –antipatia pela

exigência de impostos para pagar os custos da proteção contra os índios e franceses—puseram em andamento uma rebelião contra a monarquia britânica; enquanto na França, uma crise fiscal disparada pelo custo de ajudar os rebeldes americanos forçou a convocatória de uma conhecida instituição feudal, os Estados-Gerais, cujas reformas foram rapidamente descartadas pela erupção do descontentamento da massa no campo e nas cidades, sob a pressão de uma má colheita e altos preços de grãos. Em ambos os casos, o colapso da velha ordem foi um processo não premeditado, em que predominaram queixas de tipo material mais que ideológicas. No fundo, no entanto, jaz a cultura crítica da Ilustração —um enorme depósito de idéias e discursos potencialmente explosivos, aguardando para serem ativados justo em tais condições de emergência. Foi este arsenal de iconoclastia preexistente que converteu uma desintegração da ordem estabelecida na revolucionária criação de um novo, e a de um imaginário ideológico com o qual ainda vivemos hoje. Os ideais da Revolução Americana e —sobretudo— os da Revolução Francesa permaneceram como ativos inspiradores para a ação política muito tempo depois de que as instituições que cada uma levantou fossem fossilizadas ou esquecidas.

Se o principal legado das religiões mundiais foi sua introdução de uma idéia metafísica de universalismo, e a principal herança da Reforma a introdução do individualismo, o legado ideológico que deixaram as revoluções no século das Luzes descansa essencialmente nas noções de soberania popular e direitos civis. Estas eram ainda tão somente os meios formais para a livre determinação da forma de uma sociedade, algo que estava por acontecer pela primeira vez na história. A que devia assemelhar-se essa forma que estabelecia os conteúdos do bem estar coletivo? Esta foi a pergunta que o advento da revolução industrial colocou ao século XIX. Três tipos de respostas diferentes ofereceram-se a ela. Para 1848, os grandes campos de batalha da era haviam sido lançados. Com o *Manifesto Comunista*, a Europa foi confrontada com a alternativa que logo foi colocada ao planeta: capitalismo ou socialismo? Pela primeira vez a humanidade enfrentou-se com princípios de organização social bem definidos e radicalmente antitéticos. Contudo, existia uma assimetria em sua formulação. O socialismo recebeu uma estendida, confusa e autodeclarada teoria que o definia como um movimento político e um objetivo histórico. O capitalismo, no século XIX e na maior parte do XX, raras vezes e se é que alguma vez o fez, mencionou seu próprio

nome –o termo foi um invento de seus oponentes. Defensores da propriedade privada, do *status quo*, apelaram para concepções mais parciais ou tradicionais, invocando princípios conservadores ou liberais antes que a qualquer ideologia expressamente capitalista. Estes estavam longe de serem um substituto fidedigno. Não poucos pensadores conservadores –Carlyle o Maurras– expressaram uma feroz antipatia ao capitalismo; enquanto alguns teóricos liberais –Mill o Walras– olharam com aprovação as versões mais moderadas de socialismo. Se observarmos o papel das idéias no século XIX é claro que o socialismo –especialmente em sua versão marxista e, portanto na versão materialista mais intransigente– lançou uma capacidade muito mais mobilizadora e expansiva na ação política que seu oponente. Não é casualidade que ninguém falasse de um movimento capitalista. O poder da ordem estabelecida ainda descansava em um alto grau na tradição, costume, e força mais que em qualquer conjunto de idéias teóricas. Em meados do século XX, por outro lado, o socialismo como idéia encontrava aderentes em um âmbito geográfico mais extenso que o alcançado por qualquer religião mundial.

No entanto, o universo ideológico não se esgotou por estes opostos. Havia outra força motora importante em andamento nesta época, diferente de qualquer das duas. Em 1848 o nacionalismo demonstrou ser um movimento mobilizacionista ainda mais poderoso que o socialismo na Europa. Duas peculiaridades o definiram como uma idéia política, desde o princípio, muito antes que se propagasse triunfalmente ao resto do mundo. Por um lado, produziu poucos pensadores importantes ou originais, com uma rara exceção ocasional como Fichte. Como doutrina articulada, era incomparavelmente mais pobre e leviana que seus dois contemporâneos. Por outro lado, por seu relativo vazio conceitual, era sumamente plástica, e podia entrar em uma grande variedade de combinações tanto com o capitalismo como com o socialismo –produzindo ambos o chovinismo que desatou a guerra inter-imperialista de 1914 e o fascismo que desencadeou seu desenlace em 1939, por um lado, e os movimentos revolucionários de libertação nacional no Terceiro Mundo, por outro. O triunfo do ideal nacional através do mundo demonstrou a ausência de qualquer correspondência necessária entre sistema e impacto; entre a profundidade intelectual e alcance de uma ideologia e seu poder de mobilização no mundo moderno.

O início do século XX viu um grupo de revoluções importantes em estados

chave na periferia do mundo imperialista: em ordem, México, China, Rússia, Turquia. Elas formam uma significativa série de contrastes. O papel das idéias em moldar a direção e o resultado do processo revolucionário foi de maior importância na Rússia e China, a mobilização popular mais forte no México e na Rússia, e o chamamento nacionalista mais poderoso na Turquia. A revolução republicana de 1911 fracassou na China, mas o intenso fermento intelectual por trás dela permaneceu vivo; tal é assim que tributários daquela desembocam ao final na revolução comunista que triunfou em 1949. A recuperação kemalista na Turquia supôs muito poucas idéias –além da salvação nacional–, antes de importar uma variedade eclética uma vez que o novo regime foi estabelecido. A Revolução Russa e a Revolução Mexicana –de longe as maiores insurreições deste período– são as que oferecem o contraste mais impactante. No México, explorou uma massiva convulsão social e se estendeu pelo curso de uma década sem nenhum sistema importante de idéias nem que a iniciasse nem que emergisse dela. Observado em termos puramente doutrinários, a única ideologia desenvolvida no período pertenceu não aos revolucionários, mas sim ao regime que eles derrotaram –o positivismo dos “cientistas” do Porfiriato. Aqui os atos políticos em escala gigantesca foram levados a cabo somente com noções elementares de justiça institucional ou social: uma lição enorme a qualquer visão demasiado intelectualista de uma mudança histórica dramática. Somente os mexicanos podem dizer que preço se pagou ao final para a concretização da Revolução, já que o estado do PRI tomou forma a partir de Obregón em diante.

A Revolução Russa seguiu um padrão muito diferente. O zarismo foi derrocado por um espontâneo descontentamento de massa, provocado pela fome e pelas privações de guerra –um começo de idéias muito mais inocente que a rebelião de Madero no México. Em um prazo de poucos meses, os bolcheviques haviam chegado ao poder por agitação popular em questões não menos elementares que aquelas que moveram Zapata ou Villa: pão, terra e paz. Uma vez no poder, não obstante, Lênin e seu partido tiveram à sua disposição a ideologia política mais sistemática e exaustiva da época. Aqui a relação entre as causas e a natureza da revolução –a torsão entre origens materiais e objetivos ideais– não era diferente daquela que produziu o regime jacobino do ano II na França, mas era muito mais extrema. Ambos, as façanhas e crimes do estado soviético criados pelos bolcheviques tornaram pequenos aqueles do estado do PRI, terminando

sete décadas mais tarde em uma morte muito mais apocalíptica –o preço de um homérico voluntarismo ideológico.

Os efeitos da Revolução de Outubro, é claro, não se limitaram à Rússia. Para o final de sua vida, Marx havia previsto a possibilidade de que a Rússia passasse longe do desenvolvimento capitalista completo, em uma rebelião popular que pusesse em marcha uma reação revolucionária em cadeia na Europa. Essa era essencialmente a concepção detrás da estratégia de Lênin: nenhuma fé na possibilidade de construir socialismo em um estado isolado e atrasado como Rússia, mas toda esperança de que o exemplo soviético detonaria revoluções proletárias ao redor da Europa, em sociedades nas quais as condições materiais para uma livre associação dos produtores, a um elevado nível de produtividade industrial, existiram. A história tomou a direção contrária: obstrução a qualquer possibilidade de revolução no avançado Ocidente, propagação da revolução em sociedades ainda mais atrasadas do Leste. Com isto, o enorme êxito político do marxismo parecia ser a melhor refutação de suas próprias pressuposições teóricas. Longe de superestruturas seguindo a determinação de infra-estruturas econômicas – sistemas ideais refletindo práticas materiais– a ideologia do marxismo-lêninismo, em forma mais ou menos stalinista, apresentou-se capaz de gerar, em cenários sem capitalismo, sociedades superiores a ele. Isso deu origem, dentro do próprio marxismo, à noção popular nos anos 60 e 70 de que as relações de produção de fato tinham a primazia sobre as forças de produção, ainda definindo-as. Porém, os argumentos de Marx não seriam tão facilmente revertidos: finalmente, as forças produtivas saborearam sua vingança com o colapso da URSS, posto que a maior produtividade econômica das terras onde a revolução deveria ter ocorrido, mas não ocorreu, terminou por esmagar aquelas onde sim ocorreu.

Qual era o lugar das idéias do outro lado da luta? O déficit ideológico do capitalismo como ordem declarada nunca foi realmente remediada em sua batalha contra o comunismo. O termo em si mesmo continuou pertencendo essencialmente ao inimigo, como uma arma contra o sistema antes que sua própria autodescrição. Em meados do século, no entanto, o começo da Guerra fria colocou uma batalha frontal e terminal entre dois blocos antagônicos, o que requeria uma disposição ideológica a um nível completamente novo de eficácia e intensidade. O resultado foi a redefinição “standard” no Ocidente dos termos do conflito: não se tratava de capitalismo versus

socialismo, mas sim de democracia contra totalitarismo, ou o Mundo livre contra aquele prefigurado no livro de George Orwell, 1984. Quaisquer que fossem as maiores hipocrisias desta construção –o assim chamado “Mundo Livre” incluiu, é claro, muitas ditaduras militares e estados policiais– elas se correspondiam com vantagens reais do Ocidente Norte-atlântico sobre o Oriente stalinista. Na competição entre os blocos, a bandeira da democracia foi um ativo decisivo ali onde menos a necessitava, entre as populações de sociedades de capitalismo avançado, que necessitavam pouca persuasão em relação à preferência das condições sob as quais viviam. Teve um efeito muito menor, por óbvias razões, no mundo ex-colonial, semi-colonial, até há pouco dominado de forma despótica pelas mesmas democracias ocidentais. Na Europa Oriental, e – efetivamente em um grau menor– na União Soviética, as imagens de Orwell tiveram mais ressonância, e as emissões de *Radio Free Europe* ou *Radio Liberty*, predicando os méritos da democracia norte-americana, contribuíram desde o início à vitória final na Guerra Fria. Contudo, a razão central do triunfo do capitalismo sobre o comunismo descansa mais próximo do lar, no magnetismo de um consumo material de níveis muito mais elevados que ao final arrastou não somente as massas desvalidas mas também as elites burocráticas do bloco soviético –os privilegiados tanto como, ou talvez mais, que os indigentes– irresistivelmente à órbita do Ocidente. Para dizê-lo simplesmente: a vantagem comparativa do “Mundo Livre” que determinou o resultado do conflito fica no domínio do *shopping* mais do que na votação.

O final da Guerra fria trouxe uma configuração totalmente nova. Pela primeira vez na história, o capitalismo proclama-se como tal, em uma ideologia que anuncia a chegada a um ponto final no desenvolvimento social, com a construção de uma ordem ideal baseada no livre mercado além do qual não se pode imaginar nenhuma melhora substancial. Tal é a mensagem central do neoliberalismo, o sistema de crenças hegemônicas que dominou o mundo durante a década passada. Suas origens encontram-se na época imediata ao pós-guerra. Naquele momento a ordem estabelecida no Ocidente estava ainda obcecada pelo *shock* da grande Depressão e enfrentado com os fortalecidos movimentos laborais que surgiam depois da Segunda Guerra Mundial. Para evitar o perigo de qualquer retorno à Primeira, e para integrar as pressões acumuladas durante a Segunda, os governos adotaram por todas as partes políticas econômicas e sociais desenhadas para controlar o ciclo econômico, sustentar o emprego, e oferecer

alguma segurança material aos menos prósperos. O controle da demanda keynesiana e do bem estar social-democrata eram o selo da época, assegurando maiores níveis de intervenção estatal e redistribuição fiscal que aqueles jamais vistos no mundo capitalista. Blasfemando contra esta ortodoxia governante, uma minoria de pensadores radicais denunciou todo tipo de dirigismo como fatal no longo prazo para o dinamismo econômico e para a liberdade política. Friedrich Von Hayek foi o líder intelectual e o principal organizador deste dissenso neoliberal, reunindo espíritos companheiros de todo o mundo em uma rede de influência semiclandestina, a Sociedade de Mont Pelerin. Por um quarto de século, esse agrupamento permaneceu à margem de uma opinião respeitável e seus pontos de vista desatendidos ou ridicularizados.

Com o começo da crise estagflacionária no princípio dos anos 70, e o deslize da economia capitalista mundial à prolongada recessão das subseqüentes décadas, entretanto, esta rigorosa e intransigente doutrina adquiriu uma extraordinária gravitação. Para os anos oitenta, a direita radical havia tomado o poder nos Estados Unidos e na Grã Bretanha, e por todas as partes os governos estavam adotando prescrições neoliberais para fazer frente à crise: corte de impostos diretos, desregulação de mercados laborais e financeiros, debilitação de sindicatos, privatização de serviços públicos. Hayek, um profeta sem honras em sua própria terra durante os anos cinquenta e sessenta, era agora consagrado por Reagan, Thatcher e outros chefes de estado como o visionário prático da época. O colapso do comunismo soviético ao final da década apareceu como a reivindicação adequada de sua crença sustentada por longo tempo de que o socialismo não era mais que um “pré-conceito otimista, mas fatal”. Porém, foi nos anos noventa, quando a União Soviética já havia desaparecido e Reagan e Thatcher haviam abandonado a cena, que o domínio neoliberal alcançou seu apogeu. Por hora, sem o campo de força “amigo-inimigo” da Guerra fria e sem nenhuma necessidade da direita radical estar no poder, foram governos de centro-esquerda no mundo capitalista avançado que imperturbavelmente perseguiram as políticas neoliberais de seus predecessores, com um abrandamento da retórica e outorgando concessões secundárias, mas ainda assim com uma tendência política consistente tanto na Europa como nos Estados Unidos. A prova de uma verdadeira hegemonia –como oposta a uma mera dominação– é sua habilidade para dar forma a idéias e ações, não tanto de seus defensores declarados, mas sim de seus adversários nominais. Aparentemente, os

regimes de Clinton e Blair, de Schroeder e D'Alema, sem falar de Cardoso e De la Rúa, chegaram ao poder repudiando as duras doutrinas de acumulação e iniquidade que reinaram nos anos oitenta. Na prática, eles as preservaram.

Além da transfiguração da centro-esquerda na zona do Atlântico Norte, a hegemonia neoliberal estendeu-se no mesmo período aos rincões mais distantes do planeta. Podem-se encontrar fervorosos admiradores de Hayek ou Friedmam em ministérios da fazenda em qualquer lugar de La Paz a Beijing, de Auckland a Nova Delhi, de Moscou a Pretoria, de Helsinque a Kingston. O recente livro de Daniel Yergin *The Commanding Heights*, oferece uma recorrida panorâmica da “grande transformação” de nosso tempo, tão radical e às vezes de alcances infinitamente maiores a que Karl Polanyi descrevesse ao escrever acerca do advento do liberalismo clássico na época Vitoriana. Diferentemente de Polanyi, o relato de Yergin sobre a vitória mundial do neoliberalismo está carregado de entusiasmo pela mudança libertadora que trazem os mercados livres. Junto a eles aparece o segundo principal sucesso da década passada: a cruzada pelos direitos humanos conduzida pelos Estados Unidos e pela União Européia. Não todo intervencionismo é desaprovado pela ordem neoliberal: se o tipo de economia é reprovado, a espécie militar é praticada e aplaudida como nunca antes. Se a Guerra do Golfo, evidentemente levada a cabo para assegurar os interesses do Ocidente no petróleo respondia ainda a um padrão mais velho, seu desenlace estabeleceu novos parâmetros. O bloqueio ao Iraque, com uma inacreditável intensificação de bombardeios por parte de Clinton e Blair, foi uma iniciativa “humanitária” puramente punitiva. O desencadeamento em grande escala da guerra nos Bálcãs com um bombardeio aéreo relâmpago sobre a Iugoslávia não necessitou das Nações Unidas nem sequer para dissimular a ação da OTAN, até depois do evento. Em nome dos direitos humanos, a lei internacional foi redefinida unilateralmente para ignorar a soberania de qualquer estado menor que incorresse no desgosto de Washington ou Bruxelas.

É a versão do neoliberalismo de centro-esquerda que pôs em marcha esta escalada de prepotência militar. Contudo, a visão essencial do poder imperial estava ali na própria doutrina original. Hayek, depois de tudo, foi pioneiro no conceito do bombardeio a países contrários à vontade anglo-americana, exigindo ataques aéreos relâmpago sobre o Irã em 1979 e Argentina em 1982. A concepção de hegemonia gramsciana –poder de persuasão ideológica– enfatizou o consentimento que funcionava

para garantir a estabilidade e previsibilidade de uma ordem social. Porém, não foi nunca sua intenção minimizar, muito menos esquecer, seu necessário respaldo na repressão armada. Em sua opinião ‘consentimento mais coerção’ era a fórmula plena de uma ordem hegemônica. O universo neoliberal da década passada reuniu amplamente ambos os requisitos. Hoje não há alternativa a isto, como um sistema governante de idéias de alcance planetário. Estamos nos referindo à ideologia política mais exitosa na história mundial.

Há aqueles que com paixão impugnariam semelhante opinião. As supostas objeções contra esta dizem mais ou menos o que segue. Devemos estar alertas, se diz, contra os perigos de superestimar a influência de doutrinas neoliberais como tais. Desde o início, os tempos mudaram a partir dos anos cinquenta e sessenta. Os mercados adquiriram mais poder à custa dos estados, e a classe trabalhadora não é mais a força que alguma vez foi. Entretanto, nos países avançados, ao menos, o gasto público continua sendo elevado e os sistemas de assistência permanecem mais ou menos intactos. Alteraram-se muito menos do que pode parecer na superfície. É um erro pensar que as idéias neoliberais marcaram uma diferença significativa: constantes sociológicas de grande profundidade mantiveram o consenso do pós-guerra em seu lugar. De fato, ainda no reino das idéias, muitos mais políticos hoje rechaçam mais que ratificam a cruel e estreita medicina do neoliberalismo, cujo raio de atração atual é muito estreito. Depois de tudo, não deixaram isto claro Clinton e Blair que tentaram inventar uma “Terceira Via”, expressamente equidistante de ambos, do neoliberalismo e do antigo estilo estatista? Desta forma, o que há do firme compromisso de Gerhard Schroeder por um *Neue Mitte* –um novo Centro– ou a forte declaração de princípios por parte de Lionel Jospin a favor de uma economia de mercado, mas não, enfaticamente não, de uma sociedade de mercado? Inclusive na Rússia, não deu o Presidente Putin signos alentadores de uma criativa combinação de liberdades de mercado com as melhores tradições Russas de um estado forte? Tal é, mais ou menos, a mensagem de consolo próximo a nós por bem intencionados *experts* de esquerda. O recente livro de John Gray *False Dawn* oferece um exemplo eloqüente ao respeito.

Destas objeções, algumas têm mais peso que outras. É perfeitamente certo, obviamente, que não se deve atribuir às idéias neoliberais um poder mágico de persuasão política em si mesmo. Como todas as grandes ideologias, esta também requer

uma série de práticas materiais –instrumentais e rituais– como seu fundamento social. A base prática da hegemonia neoliberal encontra-se hoje na primazia do consumo –de bens e serviços mercantilizados– na vida diária de sociedades capitalistas contemporâneas, alcançando novos níveis de intensidade nos passados vinte anos; e no aumento da especulação como um eixo central de atividade econômica em mercados financeiros em nível mundial, penetrando nos poros do tecido social com a prática do marketing massivo de fundos mutualistas e de pensões –um desenvolvimento do que somente estamos testemunhando o começo– enquanto inicia-se a propagar da América do Norte a Europa e ao hemisfério Sul. Se o gasto público nos estados capitalistas avançados permanece alto, torna-se agora crescentemente híbrido e diluído por imbricações com capital privado que se estendem a todo tipo de serviço –de hospitais a prisões e a arrecadação de impostos–, aqueles que alguma vez haviam sido, segundo o país em questão, considerados campos invioláveis de autoridade pública ou provisão coletiva. A hegemonia neoliberal não prescreve um programa específico de inovações, que podem variar significativamente de uma sociedade a outra, como determinar os limites do que é possível em qualquer uma delas. A melhor medida de seu domínio e influência geral é a conformidade de todos os governos do Norte, independentemente de sua cor política atuam com regularidade como um chacal que acompanha os maiores animais de rapina do Ocidente. Por isso, a Noruega ajuda a consolidar o domínio israelense na Palestina; a Finlândia negociando o bombardeio da Iugoslávia; a Suécia “combatendo” a fome no Iraque; a Dinamarca instalando um vice-rei em Kosovo. O vazio absoluto da retórica da “Terceira Via”, como uma suposta alternativa ao neoliberalismo, é a prova mais nominal, de imperativos do bloqueio militar, da ocupação e intervenção no Meio Oriente ou nos Bálcãs: os regimes social-democratas da Escandinávia, por exemplo, que uma vez teve uma reputação de certa independência em política exterior, agora segura de sua continuada ascendência.

Quais são as lições desta história para a esquerda? Primeiro e principal, que as idéias contam no balanço da ação política e dos resultados da mudança histórica. Nos três grandes casos de impacto ideológico moderno: Ilustração, marxismo, neoliberalismo, o padrão foi o mesmo. Em cada caso desenvolveu-se um sistema de idéias, com um alto grau de sofisticação, em condições de isolamento inicial do –e tensão com– entorno político circundante e com pouca ou sem nenhuma esperança de

influência imediata. Foi somente ao produzir-se o estalido de uma crise objetiva muito importante, da qual nenhum destes sistemas foi responsável, que recursos intelectuais subjetivos acumulados gradualmente nas margens de calmas condições adquiriram subitamente uma força intensa como ideologias capazes de ingerir diretamente sobre o curso dos acontecimentos. Tal foi o padrão nos anos de 1790, 1910 e 1980. Quanto mais radical e intransigente era o corpo de idéias, tanto mais impetuosos eram seus efeitos no contexto das turbulentas condições da época. Hoje estamos em uma situação na qual uma única ideologia dominante governa a maior parte do mundo. A resistência e o dissenso estão longe de estar mortos, mas carecem ainda de qualquer articulação política sistemática e intransigente. Pouco virá, sugere a experiência, de mudanças débeis ou acordos eufemísticos com relação ao estado de coisas existente, como os que hoje poderiam impulsionar muitas forças políticas que aparecem representando uma cultura *aggiornada* da esquerda. O que é necessário, e que não ocorrerá de noite à manhã, é um espírito totalmente diferente: uma análise cáustica, resolvida, se é necessário brutal do mundo tal qual é, sem concessão às arrogantes demandas da direita, os mitos conformistas do centro, ou tampouco à devoção bem pensante de muitos na esquerda. As idéias incapazes de comover o mundo também são incapazes de sacudi-lo.

Isso não significa um fechamento sectário, inclusive perante tentativas limitadas de fazer estalar o presente consenso. A “Terceira Via” de Blair, Clinton ou Cardoso é um conceito em bancarrota, confeccionado por adutores e redatores de discursos no Primeiro Mundo e adotados como uma servil imitação no Terceiro Mundo. Brasil está provavelmente preparado para oferecer ao mundo um laboratório para provar a viabilidade de dissidentes em condições contemporâneas, quando a dependência econômica com Estados Unidos é muito mais profunda que no passado. Mas é pouco provável que a presidência e o parlamento sejam o único ou inclusive o principal recipiente de idéias novas e radicais neste país. Não como um programa desde cima, mas sim como uma força desde baixo, o desafio do movimento zapatista iniciando novas formas de ação e comunicação –uma radical reorganização de atos, palavras e símbolos– desequilibrou o sistema nas formas mais inesperadas e criativas que em qualquer outra parte do continente. Suas limitações são bastante evidentes. Mas, se estamos atrás de um ponto de partida para uma reinvenção de idéias da esquerda, são em forças nacionais como estas, e movimentos internacionais como o Fórum Social

Mundial, que elas podem ser buscadas.

Bibliografia

- Anderson, Perry 2000 “Renovaciones”, em *New Left Review* (Madri), Nº 2, maio-junho.
- Anderson, Perry *et al.* 1997 “La trama del neoliberalismo: mercado: crisis y exclusión social” em Sader, Emir e Gentili, Pablo (orgs.) *La Trama del Neoliberalismo. Mercado, Crisis y Exclusión Social* (Buenos Aires: Clacso/EUDEBA).
- Eliot, T. S. 1973 *Notes towards the definition of culture* (Londres: Faber and Faber).
- Hayek, Friedrich A. 1944 *The Road to Serfdom* (Chicago: The University of Chicago Press).
- Hobsbawm, Eric J. 1994 *Age of Extremes. The Short Twentieth Century: 1914-1991* (Londres: Pantheon Books).
- Orwell, George 1984 (Londres: Penguin).
- Polanyi, Karl 1992 *The great transformation* (Boston: Beacon Press).
- Therborn, Göran 1999 *Ideology of Power and the Power of Ideology* (Londres: Verso).
- Yergin, Daniel e Stanislaw, Joseph 1998 *The Commanding Heights* (Nova Iorque: Touchstone).